



1 ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO MUNICÍPIO-----

2 Aos quatro dias do mês de julho de dois mil e dezesseis, às dezenove horas, na Casa
3 dos Conselhos, foi realizada a 27ª Reunião ordinária do Conselho do Município de
4 Bauru, CMB. Estiveram presentes e assinaram a lista de presença os seguintes
5 membros por segmento da sociedade: **a) REPRESENTANTES DO PODER**
6 **PÚBLICO:** Elaine Cristina Breve da Silva (titular, PMB - SEPLAN); Wladimir Fernando
7 Riehl (Titular, PMB – SEPLAN); Pérola Motta Zanotto (Suplente, PMB – Obras); Paula
8 Sumie Watanabe (Titular, PMB – Obras); Luiz Fernando Nogueira Silva (Suplente,
9 PMB – SEMMA); Franciele Edilaine E. da Silva (titular, PMB - EMDURB); **B)**
10 **REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DE CLASSE E UNIVERSIDADES:** Luiz Daré
11 Neto (titular, FEB UNESP); Giovanna Gândara Gai (titular, OAB); Ângelo Joaquina Neto
12 (titular, SINDUSCON); José Pili Cardoso Filho (titular, VIDÁGUA); Edmilson Queiroz
13 Dias (Titular, UNESP – FAAC); Alfredo Neme Neto (Titular, ASSENAG); **C)**
14 **REPRESENTANTES DA COMUNIDADE:** Raeder Rodrigo Porcaro Puliesi (titular,
15 Setor 6); Isabel Aiko Takamatsu Silva (titular, Setor 7); Nilton Carlos Pollice Scudeller
16 (titular, Bacia Hid. Água Parada); **CONVIDADOS:** Nucimar D. Barro Paes (DAE);
17 Aníbal S. Ramalho (Emdurb); Luciana Vieira (Saúde); Larissa M. Mitisuti (SEMMA);
18 Albino S. C. Pereira (DAP – SEPLAN); Ubaldo Benjamim (Setor 2); Paulo Minicucci
19 (Estoril Premiun); Júlio César Rodrigues Gonçalves (PMB – Obras); Jocelino
20 Rodrigues Júnior (MRV); Gustavo Gândara Gai; **1-** O Presidente abriu a reunião
21 informando sobre as ações da Presidência e Diretoria Executiva no período. **a)**
22 Participação na abertura da Conferência Municipal da Cidade representando o CMB.
23 **b)** Raeder informa que propôs na mesa temática de Urbanismo a criação do Instituto
24 de Planejamento, previsto pelo Plano Diretor Participativo e Criação do Fundo de
25 Desenvolvimento Urbano Municipal. **c)** Participação da reunião da Comissão de
26 Legislação e Justiça da Câmara Municipal que tratou da Lei que autoriza transferência
27 de recursos do DAE à Prefeitura; Raeder informa que não passou no CMB o processo
28 do referido assunto, porém que se prontificou a passar nesta data este assunto na
29 reunião. **d)** Encaminhamento de Ofícios a todas as Secretarias, DAE e Emdurb
30 convidando os responsáveis pela análise de EIV para reunião desta data; estiveram
31 presentes: Engenheiro Aníbal - Emdurb; Engenheira Nucimar – DAE; Engenheiro Luiz
32 Fernando – SEMMA; Engenheira Paula e Engenheiro Júlio – Obras; Luciana – Saúde;
33 ficando ausente apenas um representante da Secretaria de Educação. **2 -** Deliberar
34 sobre Projeto de Lei n.º 48/2016, que autoriza a transferência de recursos do fundo
35 do tratamento de esgoto para a prefeitura utilizar na construção da Estação de
36 Tratamento de Esgoto; Raeder explica que este projeto tem a finalidade de autorizar
37 a transferência de verba depositada na conta do fundo de tratamento do esgoto para
38 a prefeitura para ser utilizada no pagamento de medições junto à Construtora COM.
39 Engenharia, diante da possibilidade de atraso de verba do convênio firmado junto à
40 União, em virtude da situação econômica e política do país, única e exclusivamente
41 para que não haja atraso, nem paralisação na construção da ETE (Estação de
42 Tratamento de Esgoto).O valor do convênio firmado entre a Prefeitura de Bauru e a
43 União, por intermédio da Caixa Econômica Federal, via PAC, foi de R\$ 118 milhões,
44 sendo que há no fundo um valor aproximado de R\$ 120 milhões, lembrando que R\$ 9
45 milhões já foram repassados à prefeitura como contrapartida pela construção da
46 referida estação de tratamento. Edmilson ressalta que caso seja aprovado esse



47 projeto, que contenha uma garantia de que a obra seja executada até o final e que
48 tenhamos conhecimento de onde e como este repasse será usado. O restante do valor
49 que não foi usado deverá retornar imediatamente para o fundo e posteriormente usado
50 em outra ocasião pertinente relacionada ao DAE, atualizado monetariamente. Vários
51 membros reclamam da falta de informações, que vários processos que deveriam
52 passar por este Conselho não passam, de forma geral o CMB reclama sobre esse
53 fato, onde o mesmo é deliberativo igualmente a outros Conselhos, e em vários casos
54 está sendo ouvido. Raeder abre a votação e por unanimidade de votos; onde todos
55 os conselheiros entendem que a lei pode autorizar o repasse do valor do fundo à
56 prefeitura, com a única finalidade do valor ser utilizado na Construção da ETE, desde
57 que ao final o valor retorne ao DAE, atualizado monetariamente. Será feito um ofício
58 deste assunto e encaminhado à Câmara Municipal para juntada no Processo
59 Legislativo que trata desse Projeto de Lei. Raeder informa que o Projeto de Lei da
60 alteração do Conselho foi aprovado e o Conselho agora passa a ser composto por 35
61 membros. Raeder comenta que na próxima reunião ordinária (mês de Agosto) serão
62 iniciados os estudos para eleição dos novos membros do CMB. Processo Park Dutra
63 e novas áreas para inclusão em Perímetro Urbano, o presidente solicita uma reunião
64 extraordinária para o dia 12/07/2016 – terça-feira, informando que por serem
65 processos extensos e de muito debate, não teria tempo suficiente nesta reunião.
66 Todos os membros concordam com a reunião extraordinária. Fica então agendada
67 para a data citada acima. **3 - Debate com servidores das Secretarias, DAE e Emdurb**
68 **responsáveis pela análise de EIV, visando esclarecimento de dúvidas do Conselho e**
69 **dos empreendedores sobre a aplicação da referida lei no município de Bauru.** Raeder
70 solicita então que cada representante dê uma sucinta explicação de como é feita a
71 análise. **EMDURB – Aníbal**, explica que primeiramente é feita uma pesquisa da área
72 do empreendimento e cálculo de viagens a serem geradas, trazidas por esse novo
73 empreendimento. De como é o sistema viário hoje e de como vai ficar ao final da
74 construção e implantação do empreendimento, o que ele vai causar e impactar. O
75 empreendedor e responsável pela elaboração do EIV apresenta as medidas
76 mitigadoras e passa por análise desta empresa. Aníbal faz uma ressalva expondo que
77 geralmente faltam informações no EIV e que geralmente isso ocorre nas mitigações
78 que o empreendedor tem de ofertar, que na maioria das vezes a empresa tem de
79 apontar as necessidades locais; **DAE – Nucimar**, explica que mesmo antes da Lei do
80 EIV entrar em vigor a Autarquia já solicitava a contrapartida em valor de infraestrutura
81 na região de onde o empreendimento será implantado. E com a legislação vigente
82 eles analisam da mesma forma como antes. Ressalta que com isso cada
83 empreendimento terá um valor de contrapartida diferente, o DAE emite uma diretriz
84 antes da aprovação, e Nucimar ressalta que esse documento deve fazer parte do
85 estudo e analisado se esta de acordo com a diretriz emitida; **OBRAS – Paula e Júlio**
86 analisam a Lei de Reuso que deve estar contida no Estudo se atende a Legislação,
87 pavimentação existente ou se existe a necessidade de recapeamento em alguma via
88 existente ou se deve ser executada pavimentação por completo nas proximidades do
89 empreendimento, tais como guias, calçamento e sarjetas, na parte de drenagem são
90 analisados se o impacto é grande em relação à rede pública, se existe a necessidade
91 de execução de bacia de retenção no empreendimento antes de ser lançada na via
92 pública, informam que em determinado momento eles fazem consulta junto com a



93 EMDURB em relação as vias públicas; os Engenheiros da Secretaria de Obras
94 reclamam da falta de informações e melhores relatórios de trânsito e suas medidas
95 mitigadoras. SEPLAN – Wladimir informa que a Secretaria analise se esta sendo
96 seguindo as Legislações de Zoneamento, Código de Obras e Plano Diretor, faz a
97 junção dos despachos e o GAE emite as diretrizes levando em conta o estudo e
98 análises dos demais órgãos. Alguns membros e convidados entram em discussão
99 sobre a elaboração de a diretriz ser emitida antes ou depois do estudo do EIV, como
100 este é um assunto que divide opiniões Elaine solicita ao Raeder para que dê
101 continuidade na reunião por conta do horário e a falta de algumas explicações das
102 Secretarias. Nesse momento Raeder ressalta a necessidade do Instituto de
103 Planejamento para elaborar um plano para a Cidade, com a implantação de novos
104 empreendimentos a Prefeitura poder fornecer uma melhor diretriz urbanística e
105 consequentemente ao EIV. **SEMMA – Luiz Fernando** explica que a Secretaria emite
106 diretriz específica de arborização e esta diretriz deve ser seguida na elaboração do
107 estudo, é analisada a parte ambiental da área a ser empreendido, vegetação a ser
108 suprimida caso necessário, autorização e licenciamento ambiental, compensação na
109 CETESB e Lei de Resíduos Sólidos, coleta de lixo orgânico e inorgânico. Luiz reclama
110 de inclusão de itens dispensáveis no EIV no que se diz respeito a Secretaria de meio
111 Ambiente. **SAÚDE – Luciana** diz que a princípio não era pedido mitigação para os
112 empreendedores por entender que a população já é atendida na rede pública através
113 do repasse que o Município recebe pelo Sistema Único de Saúde (SUS), a partir de
114 reuniões do GAE e CMB a Secretaria passou a utilizar a mesma metodologia para
115 cálculo de contrapartida, através de uma referencia da portaria do SUS por um
116 repasse Federal do Ministério da Saúde que é por habitante/mês, chegando assim a
117 fórmula: $V=2,00x**x36$ [R\$2,00 (repasso SUS por mês) X Número de Habitantes
118 (determinado pelo EIV) X 36 (meses previstos para execução do empreendimento)].
119 Ela explica ainda que esse valor final será aplicado em execução de obras pelo
120 empreendedor, a ser determinada pela Secretaria na unidade de saúde mais próxima
121 ao empreendimento, através de projetos já elaborados pela SEPLAN. O CMB solicita
122 que a Secretaria de Saúde crie um cálculo diferenciado para empreendimentos
123 residenciais, comerciais e industriais, visto que o número de pessoas transitantes
124 nesses diversos empreendimentos caso usado à mesma fórmula provavelmente
125 inviabilizará os não residenciais. O CMB entra em discussão sobre as APAS
126 municipais, em que o CMB pode solicitar a Prefeitura que a Lei da APA seja
127 reavaliada. Os Membros entram em discussão sobre este tema principalmente sobre
128 o parcelamento que é permitido em APA. Chagando o final da reunião o Presidente
129 abre para perguntas diversas, a única pessoa que se manifestou foi o convidado
130 Jocelino representante da MRV, onde reclama a demora da análise do EIV. Elaine
131 Explica como funciona os tramites dentro da SEPLAN e justifica que muitas vezes a
132 demora passa do empreendedor pela falta de algum documento ou a contestação
133 referente aos pareceres das diversas Secretarias, Empresa e Autarquia, ou até
134 mesmo algum comunique-se. Lembra também que as reuniões do GAE são
135 agendadas no início do ano e ocorre a cada 15 dias e o CMB a cada 30 dias. Alguns
136 membros do CMB sugerem que o EIV passe a ser analisado nas reuniões já
137 agendadas do GAE, assim o tempo de tramitação dos estudos diminui. Elaine afirma
138 que vai levar essa sugestão para os membros do GAE na próxima reunião já



139 agendada para o dia 14/07/2016. Às 21h52min foi encerrada a reunião, da qual lavrei
140 a presente ata que segue assinada por mim, Elaine Cristina Breve da Silva –
141 Secretária Executiva, e demais membros da diretoria executiva.

142

143

144

145 **Raeder Rodrigo Porcaro Puliesi**

146 Presidente

147

148

149

150 **José Pili Cardoso Filho**

151 Vice Presidente

152

153

154

155 **Paulo Roberto dos Santos Amaral**

156 1º Secretário

157

158

159

160 **Reinaldo José Reche**

161 2º Secretário

162

163

164

165 **Elaine Cristina Breve da Silva**

166 Secretária Executiva

167

168

169